

Para que serve a História? Para nada....¹

Ricardo da Costa²

“Para quem não tenha a alma pequena e vil, a experiência da História é de uma grandeza que nos aniquila.”

Henri-Irenée Marrou (1904-1977)

Imagem 1



Saturno devorando um de seus filhos. *Francisco de Goya* (1746-1828). *Pierre Victournier Vergniaud* (1753-1793), um dos chefes dos girondinos, proferiu uma célebre frase, na Convenção francesa, a propósito do terror jacobino: “É de se temer que as revoluções, como Saturno, devorem os próprios filhos”. *Vergniaud* foi guilhotinado no dia 30 de outubro de 1793. Todas as revoluções devoram seus próprios filhos.

¹ Palestra proferida em mesa-redonda, no dia 27 de novembro de 2003, na cerimônia de início do segundo semestre letivo de 2003, do curso de História da UFES. Evento promovido pelo *Centro Acadêmico dos Estudantes de História*.

² Ricardo da Costa é Doutor em História Social pela UFF (2000), com dois Pós-doutorados: um em História Medieval (2003) e outro em Filosofia Medieval (2005), ambos pela UIC (Universitat Internacional de Catalunya, Barcelona). Também é pesquisador do *Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio* e professor do Departamento de História, do Mestrado de História Social das Relações Políticas e do Mestrado em Filosofia da UFES.

No Olho do Furacão, ou “Tudo Bem, Mas Para que Serve?”

“A história é a reconstituição do pensamento passado
no espírito do historiador.”

Robin George Collingwood (1889-1943)

No primeiro semestre de 2003 lecionei para uma turma de História da Ufes, turma de primeiro semestre, recém-egressa do vestibular. Rotina de trabalho, a não ser pelo fato de os alunos terem ficado praticamente todo o semestre se perguntando para que servia a História. Uma grande crise de identidade. Inicialmente eu achei aquilo tudo uma tremenda perda de tempo, mas da surpresa passei ao espanto, pois sempre imaginei que esse tipo de pergunta era feito ou por gente que *não gosta* de História – e esse não deveria ser o caso deles, pois haviam prestado vestibular para História – ou por gente que *não conhece* a História, como o rapazinho do livro de Marc Bloch (1886-1944), que pergunta ao pai historiador para que serve a História (Bloch, 1997:75).

Da sala de aula o tema passou para os corredores dos “mexericos da Candinha”. E como todo bom papo de corredor, a coisa toda cresceu, provavelmente com as distorções de “quem conta um conto, aumenta um ponto”. Então, o *Centro Acadêmico* dos estudantes de História me convidou para dar a palestra de abertura do semestre seguinte, para a nova turma noturna de calouros. Muitos não haviam gostado de minha resposta (que pragmaticamente a História não servia para nada, não tinha um uso funcional, era uma forma de reflexão que deveria causar prazer e fruição ao historiador, além de proporcionar-lhe *Sabedoria*). Alguns dos alunos (de outros períodos, especialmente) queriam me pôr à prova, contestar, criticar gratuitamente, nessa postura típica da juventude dos 20 (por acaso acham que eu não lembro da minha?).

Bem, na noite de 27 de novembro de 2003, dividi a mesa com a Professora Jussara Luzia Leite (do Depto. de Didática e Prática de Ensino da Ufes) e com o Professor Luiz Antonio Gomes Pinto (contratado do Depto. de História). O

título da mesa era exatamente esse: “Para que serve a História?”. Seriam três depoimentos, logicamente distintos – o convite fora feito aos professores exatamente pelos alunos saberem que havia uma razoável diferença teórica/metodológica entre os três, ou pelo menos entre um e outros dois – e todos amam ver o circo pegando fogo...

Meu espanto aumentou ainda mais. Eu teria agora que responder a essa pergunta dentro do próprio curso de História! Bem, o motivo dessa redação é esse mesmo: deixar registrado minha perplexidade com essa atual “crise” alheia (não minha) e dar meu depoimento do que disse, aprofundando um pouco os temas que tratei naquela noite, o que é a História e para que ela serve.

A História em Casa: Asterix, Dinossauros e a Universidade Santa Úrsula (1981-1982).

“Quem não é capaz de sonhar com a história diante dos documentos não é historiador.”
Fernand Braudel (1902-1985)

Minha mulher não gosta de História. Nunca leu um livro de um historiador – muito menos os meus (“textos de historiadores são chatos!”). De vez em quando me perguntava para que servia a História, e principalmente por que eu gastava tanto tempo (e dinheiro) comprando e lendo tantos livros, muitos sobre o mesmo assunto, ocupando tanto espaço em casa (hoje ela não me pergunta mais, afinal pagamos nossas contas graças à História...). Divertia-me muito ver uma opinião tão diferente da minha. Sempre gostei de conversar com pessoas que tinham idéias diferentes. Isso me fazia crescer – e caso não mudasse, fortalecia minhas próprias idéias. Ao mesmo tempo ela, sem o perceber, fazia-me refletir regularmente sobre esse meu ofício, esse meu imenso e inesgotável prazer que se tornou profissão e meio de vida. Eu sempre respondia a ela que

eu gostava de História, e que a gente deve sempre fazer o que gosta. Sempre. E ela não se convencia. Claro, não gosta.

Quando eu era professor do que se chama hoje *Ensino Fundamental*, muitas vezes tinha que responder a essa pergunta para as crianças. Costumava brincar com os alunos da quinta série – a primeira série que tinha um professor específico para a disciplina História – devolvendo outra pergunta: “Por que vocês gostam tanto dos dinossauros?” Como eu, eles não sabiam a resposta, apenas diziam que gostavam dos dinossauros, que compravam aqueles bonecos e brincavam com eles. Claro, quando a gente gosta de algo, não pergunta porquê gosta, *apenas gosta* (a menos que a pessoa seja uma grande chata e fique regularmente questionando o que ama).

E mais: eles também gostavam – e muito – dos temas da História Medieval, das histórias do Rei Artur (com seus cavaleiros e suas guerras, castelos e monstros horripilantes), de Robin Hood, das bruxas, das fadas e feiticeiras, das guerras e das cruzadas, dos torneios dos cavaleiros (entre elas, as crianças, como os pós-adolescentes em crise, são muito cruéis), das pirâmides e dos camelos, enfim, de tudo o que era diferente de seus ambientes.

Atualmente leio à noite as histórias de *Asterix & Obelix* para meus filhos. Tenho a coleção completa dessa história em quadrinhos francesa desde os meus quinze anos. E eles adoram, seus olhos ficam vivos e brilhantes como pérolas. Eu faço isso não só para exercitar a prática de contar histórias e deleitar uma “audiência” – acredito que o historiador, antes de tudo, tem que saber muito bem *contar* uma história – mas também para que eles um dia tenham o gosto pela leitura, para que eles aprendam palavras novas, para que eles saibam a existência de lugares diferentes, de pessoas diferentes, para que eles percebam que existe o tempo, que ele é muito extenso e faz com que muitas coisas mudem e outras permaneçam ou sejam parecidas com algumas outras que ficaram para trás.

Por fim, leio para eles para que, no futuro, eles não me perguntem para que serve a História! Já chega a minha mulher e meia dúzia de ex-alunos em crise existencial. Meus filhos saberão que, no mínimo, *ela serve para divertir*. E muito. Surpreso leitor? Não deveria, pois desde Marc Bloch sabemos que a história, no mínimo, diverte (Bloch, 1997:77). E essa é uma importantíssima função social: dar prazer, divertir, agradar, satisfazer, fruir, causar deleite. Claro, é óbvio: quando estamos felizes e satisfeitos com o que fazemos, somos mais generosos, mais compreensivos, mais afetuosos, enfim, mais humanos.

Quando ingressei na *Universidade Santa Úrsula*, em 1981, me disseram que estávamos estudando História para depois conscientizar as massas e fazer a revolução socialista. Eu pensava que havia ingressado no curso – expressamente contra a vontade de minha família – porque gostava de História e de saber o que aconteceu no passado da humanidade. Mas naquele ambiente acadêmico não havia espaço para esse tipo de sentimento, para essa maneira de ver o passado – como ainda não há, infelizmente. Ademais, eu também não podia ser feliz: estudar a História para conhecer o passado não era suficiente, eu devia estar insatisfeito com a realidade atual para querer transformá-la.

Em resumo: eu devia ser um chato. Além de muitas outras coisas que depois descobri serem mentiras (como, por exemplo, que a terrível *Revolução Cultural* chinesa foi uma coisa maravilhosa e trouxe um grande avanço tecnológico para a China), disseram também que eu deveria ler um tipo muito específico de livros, pois outros eram alienantes. *Patrulhamento ideológico*, como certa vez disse Glauber Rocha (1938-1981).

Por exemplo, eu fui “disciplinado” a não ler de *maneira nenhuma* a obra *Casa Grande & Senzala*, já que Gilberto Freire (1900-1987) havia defendido a ditadura militar no Brasil e dizia no livro que não havia racismo no Brasil. Eu deveria ler Florestan Fernandes (1920-1995) – o máximo que consegui foi ler seu livro *A função social da guerra na sociedade tupinambá!*

Claro que como bom rebelde “pós-aborrescente”, a primeira coisa que fiz foi devorar secretamente *Casa Grande & Senzala*. E eu simplesmente adorei o livro (e ainda hoje o considero um dos grandes livros sobre a formação do Brasil). Apesar de seu autor ter apoiado a ditadura, eu percebi que a propaganda contra o livro era mentirosa – e que seu autor não disse que não havia racismo no Brasil. Assim fiquei vacinado contra essas centenas de “leitores de orelha” e de resenhas de livros e que nunca leram um livro até o fim. Isso em 1981 (hoje os “leitores de orelha” cresceram assustadoramente e já entraram na universidade).

As Sete Perguntas, as Sete Respostas e suas Contestações.

“O marxismo é o ópio dos intelectuais.”
Raymond Aron (1905-1983)

Mas volto à pergunta da crise. Ela deve ser respondida no âmbito da legitimidade. E ela é uma pergunta capciosa, pois antes da resposta ela pressupõe que existe uma multiplicidade de respostas, o que quase elimina a possibilidade da “história ciência”, ou da “história, ciência em construção” do Professor *Ciro Cardoso*.

Um consolo: como eu, há três anos atrás o (grande) historiador (e medievalista) português *José Mattoso* foi convidado para proferir uma palestra, e também no curso de História da *Universidade de Lisboa* (Mattoso, 2000). Coincidência! Embora ele tenha oferecido uma variada gama de explicações, a maioria bastante plausível e satisfatória, ainda hoje os estudantes portugueses de História continuam se perguntando para que serve o curso. Ou seja, a crise continua. Pelo menos para os lusitanos e brasileiros, para os chatos que não gostam de História ou para os que não a conhecem.

Então, tentarei responder a essa pergunta, percorrendo um pouco sobre o que disse naquela noite da palestra. Para isso, tratarei antes de alguns aspectos que dizem respeito àquele questionamento.

A História, suas teorias e seus métodos, dividem os historiadores, e muito. Basicamente, sete perguntas, ou melhor, sete respostas para sete perguntas criam esse impasse. As perguntas são essas:

- Que assuntos a História deve tratar?
- A História deve colocar o acento na continuidade ou nas rupturas?
- A História deve se preocupar mais com os indivíduos que possuem poder e autoridade ou com o conjunto da população?
- A História é uma projeção de preocupações ideológicas atuais no passado ou um conhecimento através de documentos?
- A História é uma forma literária, uma narrativa ou uma ciência que estabelece, descreve e explica?
- Quais as relações da História com as outras disciplinas? Ela deve ser interdisciplinar?
- A História deve limitar-se à cultura, à política e à economia ou incluir e englobar todos os aspectos da vida humana, como a alimentação, o ambiente, o clima, o vestuário? (Le Goff, 1994:164-5).

Dependendo da resposta, o historiador é “classificado” de uma forma, é “enquadrado” em um grupo, e quase que excluído do outro. Assim, para ter uma idéia do que estava me metendo ao aceitar o convite do C.A. – e também para me posicionar melhor – interroguei cinco colegas do Departamento de História da Ufes e uma grande amiga, historiadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* da Argentina com a mesma pergunta que eu teria que responder na palestra. Leiam as repostas abaixo (que transcrevo com a permissão de todos, naturalmente):

“A História serve para justificar visões de mundo” – Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira (Ufes).

“Com a História entende-se o passado, compreende-se o presente e faz-se projeções para o futuro” – Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (Ufes).

“A História serve para se entender o presente” – Prof. Ms. Josemar Machado de Oliveira (Ufes).

“A História é uma das formas de reflexão da vida social, pois nossa sociedade é auto-reflexiva” – Prof. Dr. Estilaque Ferreira dos Santos (Ufes).

“A História serve para se entender o desenvolvimento das sociedades e dos valores da humanidade; com ela o historiador constrói e divulga conceitos e ideologias com o intuito de promover uma melhora na vida das pessoas” – Profa. Dra. Maria da Penha Smarzaró Siqueira (Ufes).

“A História serve para que nos divirtamos lendo uma novela que aconteceu na realidade” – Profa. Dra. Patricia Grau-Dieckmann (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Argentina).

Parece claro que de forma alguma existe consenso. E se você, caro leitor, fizer uma pesquisa semelhante com os professores que conhece, verá que dificilmente encontrará uma opinião majoritária. E isso é o normal. Na maior parte dos casos, perceberá que o que existe é uma grande e profunda divergência, divergência essa que impossibilita tornar nosso ofício uma “ciência”. Duvida? Junte cinco historiadores numa mesa...

Portanto, deixo logo claro que não acredito mais nessa história de “história-ciência” – talvez a noção de “ciência inexata” de Gadamer (1900-2002) seja mais propícia para a História (Gadamer, 1998:24). Talvez!

De qualquer modo, Carlo Ginzburg está certo:

A História é como a Química antes de Boyle ou a Matemática antes de Euclides, ou seja, não houve ainda um Galileu ou Newton que criasse um paradigma da História, e talvez jamais haja (...). Os historiadores podem dizer muitas coisas distintas e conflitantes, e ainda serem considerados profissionais da história (Pallares-Burke, 2000:294).

Também não creio que a história deva servir para justificar visões de mundo, como afirma o Prof. André Ricardo (Ufes) – embora alguns façam esse uso. No entanto, essa não é sua função primeira, nem a melhor, nem a mais nobre utilização que podemos fazer dela, como comentarei abaixo.

Seja como for, mesmo que se possa compreender o presente com a História, definitivamente ela não serve para fazermos projeções para o futuro, como desafortunadamente pensa o Prof. Sebastião Pimentel Franco (Ufes). *Não somos futurólogos!* Aliás, essa é a maior ofensa que um historiador pode receber: “Nós (os historiadores) nos orgulhamos de não tentar predizer o futuro, assim como nossos colegas economistas, sociólogos e cientistas políticos tentam fazer” (Gaddis, 2003:16), ou ainda, “o historiador não tem o dom da profecia, e sabe-o” (Collingwood, 1989:274).

Darei um exemplo muito simples e conhecido para provar isso: o próprio Marx (1818-1883), talvez o pensador mais querido nos círculos de historiadores em nosso país! Acreditando ter descoberto a chave para o processo histórico, o famoso *materialismo histórico* e sua “luta de classes” como “motor”, ele percebeu o seguinte: o progresso material estava aumentando a pobreza, e cada vez mais pessoas trabalhavam para um número cada vez menor de capitalistas.

Em uma famosa passagem do *Manifesto comunista* (1848), ele faz essa dicotomia social: “A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos inimigos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (Marx & Engels).

Em uma carta escrita a Weydemeyer (1818–1866) datada do dia 05 de março de 1852, Marx é ainda mais claro:

Não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna, nem a luta de classes entre si (...) O que fiz de novo foi:

- Demonstrar que a existência das classes só está ligada a fases de determinado desenvolvimento histórico da produção;
- Que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado;
- Que essa ditadura constitui apenas a transição para a abolição de todas as classes.

Na *Ideologia Alemã* (1845-1846), Marx chega a ser idílico ao pintar a sociedade comunista futura: “...na sociedade comunista, onde cada um não tem atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico” (Marx e Engels, 1986:47).

Para se chegar a esse verdadeiro *paraíso terrenal*, Marx previu que *inexoravelmente* (ou, como dizem, “em última instância”, verborragia engeliana horrível, mas adorada e utilizada pelos marxistas tupiniquins) o sistema capitalista entraria em colapso, pois a consciência da classe operária aumentaria proporcionalmente à industrialização e ao aumento do número de proletários. Isso faria com que eles se “libertassem de seus grilhões”. Assim, bastava acelerar esse processo, e essa era a função da revolução, revolução que logicamente aconteceria no país mais industrializado, no país com maior número de proletários conscientes de sua condição vil, conseqüentemente, no país com a consciência de classe mais desenvolvida.

Um mais um igual a dois. Bingo! *Eureka!* A fórmula, uma perfeita equação matemática aplicada às sociedades humanas, estava fadada a acontecer. Era o curso *inexorável* da História, o “trem”, o “bonde” da História. Os fatos

apresentados por Marx estavam corretos e seu pensamento também era lógico. Portanto, ele estava certo, aquilo iria acontecer (veja, especialmente, o “Prefácio” à *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859).

Certo? Não! Curiosamente, apesar de suas premissas lógicas, ele errou *em tudo* que previu: a classe dos operários (e dos trabalhadores em geral) teve suas condições lentamente melhoradas, não pioradas; o número de operários das fábricas diminuiu em relação ao conjunto da sociedade (e hoje ainda continua diminuindo); o capitalismo não entrou em colapso, pelo contrário, desenvolveu-se cada vez mais (quem entrou em colapso foi o *socialismo real* dos países comunistas, com as massas saindo às ruas pedindo o fim dos regimes!!). E a revolução aconteceu justamente no país mais atrasado industrialmente, não no mais desenvolvido, contrariando totalmente as suas previsões!

Para piorar ainda mais a (im)previsibilidade marxista, a idéia que o Estado desapareceria após a revolução, que esta seria uma etapa para o futuro e maravilhosamente utópico comunismo, foi também inteiramente desmentida pelos fatos: o estado socialista cresceu, cresceu, cresceu tanto que abarcou toda a vida social, transformando-se em um monstro controlador e devorador de gentes (primeiro dos próprios revolucionários), com seus campos de concentração (os *Gulags*) de trabalho escravo e sua macabra matemática de milhões e milhões de mortos – muito, mas muito maior que o *Holocausto* nazista (Applebaum, 2004).

Marx *errou em todas as suas previsões* simplesmente porque a História não é uma equação matemática. Os homens possuem um grau de imprevisibilidade tão grande que muitas vezes tomam decisões que contrariam a lógica. “A História, ignorando Marx, seguiu a sua própria lógica misteriosa e o seu próprio caminho” (Tuchmann, 1991:194). Ademais, não se estuda História, como disse, para se prever o futuro: o próprio *leitmotiv* do materialismo histórico é, portanto, anti-histórico por excelência.

Por sua vez, o Prof. Josemar Machado (Ufes) defende que a História serve para se entender o presente. Ok, mas se a limitarmos a essa função, teremos uma boa parte do passado jogada no lixo. Explico: o que as pirâmides do Egito e sua monarquia explicam da sociedade capixaba? E os samurais? E os bárbaros germânicos do século V? Nada. Caso fosse assim, deveríamos nos interessar (e pesquisar) somente nossa história local, regional. No entanto, percebo que o interesse humano em relação ao passado é vasto e infinito (não citei a adoração das crianças pelos dinossauros?).

O próprio Professor Josemar é um bom exemplo disso: em seu doutorado (na Usp) ele estuda a Revolução Francesa! Mas o que essa revolução explica a respeito de sua cidade, de sua cultura capixaba, do Espírito Santo, ou mesmo do Brasil? Nada, literalmente nada. Sequer tivemos revolução liberal em nosso país... Portanto, estudar a Revolução Francesa no Espírito Santo não “serve” para nada... Ele estuda a Revolução Francesa porque gosta do tema (provavelmente).

Ademais, escolher um tema para pesquisa só porque é de “nossa época” ou de “nossa região” traduz uma visão extremamente míope e provinciana da História. Carlo Ginzburg se opõe firmemente a essa forma de ver e conceber a História, que ele considera a de um “historiador engajado”. Para ele – e concordo integralmente com sua posição – a História pode nos despertar para a percepção de culturas diferentes, de que as pessoas podem ser diferentes, e assim contribuir para *ampliar nossa imaginação*; disso “decorreria uma atitude menos provinciana em relação ao passado e ao presente” (Pallares-Burke, 2000:299).

Ou seja, a História “serve” para atenuarmos nosso provincianismo ou, como se referiu Jacques Le Goff à Idade Média, combater nossa “mentalidade de capela” e nosso “espírito de campanário” (Le Goff, 1983: 57). Em outras palavras, para sermos menos caipiras e provincianos! Por isso, é muito bom que o (capixaba) Prof. Josemar tenha escolhido um tema da Revolução

Francesa para sua tese de doutorado, certamente algo muito mais relevante para a história da Humanidade do que analisar a chegada de Vasco Fernandes Coutinho (c. 1495-1561) às praias capixabas ou a resistência de Maria Ortiz (1603-1646) frente aos holandeses!

Ao contrário da definição do Prof. Estilaque Ferreira dos Santos (Ufes), acredito que nossa sociedade cada vez mais é menos reflexiva, cada vez possui menos capacidade de analisar, de entender e de discutir a realidade. Isso acontece por se tratar de uma *sociedade de consumo*, de massa, de gente que cai no apelo fácil da leitura superficial, quando não da força da televisão, passatempos fúteis alçados à categoria de cultura. A crise pela qual passam as ciências sociais e o questionamento acerca da função da História em um curso de História são provas contundentes disso.

As pessoas cada vez mais desejam saber “para que serve” aquele conhecimento adquirido, cada vez mais querem ter uma explicação pragmática e funcional, talvez para se sentirem tranqüilas e inseridas nesse contexto cultural de consumo imediato e poderem explicar aos seus o motivo de sua escolha. Cada vez mais há menos espaço para os que, intelectualmente falando, estão fora do sistema.

Através da História entendemos o desenvolvimento das sociedades e dos valores da humanidade sim, como afirma a Profa. Maria da Penha Smarzaró Siqueira (Ufes), mas não para divulgar “ideologias” e promover uma melhora na vida das pessoas (parece que seria melhor trocar a palavra “ideologias” por “marxismo”, ou “marxismos”). E se por “melhora” entendo “melhora da vida material”, aí então a coisa fica ainda mais contraditória, pois o passado humano não é mais desenvolvido tecnologicamente que o presente, pelo contrário.

Por exemplo, não estudamos a presença portuguesa no Brasil do século XVII para promover uma melhora na vida das pessoas hoje. É um contra-senso! Para promovermos uma melhora social hoje não precisamos estudar História.

Devemos é estar bem atentos à utilização dos gastos públicos por parte das autoridades eleitas, aos desvios e roubos cometidos por pessoas que deveriam se preocupar com a coisa pública, à morosidade da Justiça, às obras de saneamento em nosso país, e por aí vai.

Além disso, se estudamos o passado para divulgar uma ideologia, como infelizmente defende a professora Maria da Penha, esse passado fica à mercê de nosso programa político (no caso, do programa político dela, comunista). E aprendemos que muitos, como os comunistas, já usaram a História para seus fins propagandísticos, omitindo e distorcendo informações sobre o passado para que ele se encaixasse em seu modelo explicativo.

No caso da História, as omissões de Eric Hobsbawm acerca dos horrores do marxismo-leninismo soviético são o melhor exemplo de *história-propaganda* que se pode ter. O passado não tem relação (nem culpa) com nossas propostas utópicas de futuro. Para termos uma proposta de futuro, não é preciso conhecer o passado. Basta sonhar.

Um tal Mário, Einstein e a Invenção da História

“A História é atualmente revista ou inventada por gente que não deseja o passado real, mas somente um passado que sirva aos seus objetivos. Estamos hoje na grande época da mitologia histórica.”

Eric Hobsbawm (1917-)

Esse ponto é muito interessante, e posso inclusive dar um bom exemplo da equivocadíssima utilização do passado para justificar uma visão de mundo. Nesse mesmo encontro do C.A., em uma das idéias que desenvolvi durante minha palestra afirmei que os cientistas – e os bons historiadores – buscam o conhecimento pela *fruição*: o prazer de descobrir, de entender, de compreender.

Para isso, citei uma série de historiadores que já afirmaram o mesmo, e com muito maior brilho do que eu. Prosseguindo na idéia, dei o exemplo dos físicos, que, quando pesquisam o átomo ou os movimentos das moléculas, o fazem pela busca do conhecimento em si, porque *todo conhecimento é bom e vale a pena ser buscado* (idéia muito desenvolvida pelos... monges católicos da Idade Média!)

Quando os organizadores iniciaram a segunda parte daquele evento, de perguntas, um graduando de História de nome Mário Antunes, pretensioso, pedante, incisivo, beirando a grosseria, foi ao microfone e se disse “bastante surpreso” com minha “colocação simplista” (!) a respeito da importância da fruição e do conhecimento em si. Além de discordar de tudo que eu tinha dito, ele disse ter ficado muito satisfeito por eu ter justamente citado os físicos, pois tinha certeza que Einstein (1879-1955) havia se arrependido amargamente de ter desenvolvido sua teoria quando os americanos lançaram as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki (1945).

Portanto, em sua idéia, o conhecimento não era bom em si, o que importava era o que fazíamos com ele, qual a sua utilização política.

Bem, em História devemos ter o hábito de checar as informações e ter certeza antes de falar (aliás, em todo debate honesto deve-se ter essa premissa). Na hora, confesso que fiquei em dúvida com a afirmação do resoluto aluno, pois tinha lido um livro de Einstein (uma coletânea de seus escritos) há alguns anos atrás em que ele não dizia nada disso, mas eu poderia me equivocar e fazer uma citação de memória.

Embora esse detalhe não afete em nada a essência do que eu disse – na ocasião, afirmei que Einstein não tinha culpa de nada, pelo contrário, a energia nuclear tem muitos usos benéficos para a Humanidade – gostaria de corrigir o resoluto, porém desatento e mal-educado aluno, para que seu desconhecimento não seja tido como verdade: Albert Einstein, ao contrário do

que disse o equivocadíssimo Mário, não se arrependeu do que estudou. Pelo contrário, no caso das bombas atômicas, Einstein defendeu a atitude norte-americana de lançá-las no Japão. Cito textualmente as palavras do físico:

Convém não esquecermos que a bomba atômica foi feita neste país (EUA) como uma medida preventiva; o objetivo era evitar seu uso pelos alemães, caso eles a descobrissem.

O bombardeio de núcleos civis foi iniciado pelos alemães e adotado pelos japoneses. Os aliados deram o troco – como se constatou, com maior eficácia – e *estavam moralmente justificados para fazê-lo* (o grifo é meu) (Einstein, 1994:200-1).

E atenção: esse texto foi escrito por Einstein em 1947, *dois anos depois* das bombas terem sido jogadas no Japão!

Além disso, devo fazer outra correção de conteúdo para o pobre rapaz: a *teoria da relatividade*, tese que tornou Einstein famoso no mundo inteiro, serve para explicar sistemas mecânicos celestes, não sistemas quânticos (que são os que explicam sistemas atômicos). Portanto, Einstein *não* é o pai da bomba atômica: seus estudos sobre o efeito foto-elétrico fazem parte de uma cadeia maior de estudos que, reunidos posteriormente por outros físicos, deram ensejo à produção atômica.

Moral da história: o bom historiador deve sempre estar seguro das informações factuais que utiliza. Assim é o nosso ofício: conhecer e compreender o passado da humanidade, não reinventá-lo de acordo com nossas convicções pessoais ou políticas, muito menos distorcê-lo apenas para criar uma discordância vazia para se auto-afirmar e/ou provocar um tolo debate, como fez o tal aluno Mário Antunes. Esse é o perigo de se usar a História para divulgar ideologias e visões de mundo: quem age assim tem a *tendência de ser tendencioso*, e distorcer o passado a seu bel-prazer para provar suas idéias.

Por fim, resta a *história como conhecimento, como algo que diverte*, frase da querida Professora Patricia Grau-Dieckmann (*Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* da Argentina). Talvez esse seja o depoimento no qual eu melhor me encaixe. O *caráter lúdico do conhecimento* é um dos fundamentos mais sólidos e permanentes da atividade intelectual, como bem disse o Professor Pedro Paulo Funari (Unicamp) na introdução de um de seus livros sobre o Mundo Antigo:

Meu objeto, neste trabalho, é a História como um prazer, como um meio agradável e útil de usar o tempo livre. A preocupação com a fruição da História não deve ser subestimada, pois um dos fundamentos da atividade intelectual consiste no prazer derivado do conhecimento (Funari, 2003: 13).

Ao lado de Pedro Funari nessa mesma perspectiva estão dois grandes historiadores (e medievalistas). Primeiro Marc Bloch:

Mesmo que julgássemos a história incapaz de outros serviços, seria certamente possível alegar em seu favor que ela distrai (...) Pessoalmente (..) a história sempre me divertiu muito (Bloch, 1997:77)

E Georges Duby (1919-1996):

Para que serve a história? A história é, antes de tudo, um divertimento: o historiador sempre escreveu por prazer e para dar prazer aos outros. Mas também é verdade que a história sempre desempenhou uma função ideológica, que foi variando ao longo dos tempos (Duby, s/d:16).

Com esses grandes historiadores me alinho. Estudei e estudo História porque sempre amei a História, amei e amo o conhecimento e a compreensão do passado humano, como e porque as pessoas fizeram o que fizeram, foram o que foram, pensaram o que pensaram. Esse conhecimento *não tem nenhuma*

utilidade prática ou funcional para o nosso dia-a-dia. Esse conhecimento é simplesmente bom em si, porque é bom conhecer as coisas, é bom conhecer o que aconteceu, o passado, independente de sua utilização prática atual.

Hugo de São Vítor (1096-1141) possui uma importantíssima passagem em sua obra *Didascálicon* (1127) que exprime com maestria e beleza o sentido da Educação e da atitude do estudante com o estudo. Ela “serve” não só para o Mário, mas para todos que se aventuram na seara do conhecimento humano, da História – e merece ser citada na íntegra:

O começo da disciplina moral é a humildade, da qual existem muitos ensinamentos, três dos quais interessam mais ao estudante: 1) não reputar de pouco valor nenhuma ciência e nenhum escrito; 2) não ter vergonha de aprender de qualquer um; 3) não desprezar os outros depois de ter alcançado o saber.

Muitos ficam decepcionados porque querem parecer sábios antes do tempo. Por esta razão, explodem numa intumescência de arrogância, começam a fingir aquilo que não são e a envergonhar-se daquilo que são, e tanto mais se afastam da Sabedoria quanto mais se preocupam não em serem sábios, mas em serem considerados tais.

Conheci muitas pessoas assim, as quais, mesmo necessitando ainda dos conhecimentos básicos, se dignam interessar-se somente das coisas sublimes, e acham que se tornaram grandes apenas por ter lido os escritos ou ouvido as palavras dos grandes e dos sábios. Quanto a mim, porém, oxalá ninguém me conheça e eu conheça tudo.

O estudante prudente, portanto, ouve todos com prazer, lê tudo, não despreza escrito algum, pessoa alguma, doutrina alguma. Pede indiferentemente de todos aquilo que vê estar-lhe faltando, nem leva em conta quanto sabe, mas o quanto ignora.

Aprenda de todos com prazer aquilo que você não conhece, porque a humildade pode tornar comum para você aquilo que a natureza fez próprio para cada um.

Não considere vil conhecimento algum, porque todo conhecimento é bom. Se tiver tempo livre, não recuse ler algum escrito. Se você não lucra, também não perde nada, sobretudo porque não há nenhum escrito, creio eu, que não proponha algo

agradável, se é tratado no lugar e no modo devido, e não há nenhum escrito que não contenha algo especial.

Igualmente lhe convém que, quando começar a conhecer alguma coisa, não despreze os outros. Este vício da vaidade ocorre a alguns, porque olham com demasiada diligência o seu próprio conhecimento e, parecendo-lhes de ter-se tornado alguma coisa, pensam que os outros não são como eles nem poderiam nunca sê-lo, sem conhecê-los. Por isso, agora ferve o fato que alguns charlatães, gloriando-se não sei de que, acusam professores mais velhos de ingenuidade, achando que a Sabedoria nasceu com eles e morrerá com eles. Não é meu conselho imitar esse tipo de pessoas.

O bom estudioso deve ser humilde e manso, afastado totalmente das preocupações vãs. Fuja dos autores de doutrinas perversas como do veneno, aprenda a refletir longamente sobre alguma coisa antes de julgá-la, não queira aparecer douto, mas sê-lo, ame os ensinamentos aprendidos dos sábios e procure tê-los sempre diante dos olhos como espelho do seu próprio rosto. – Hugo de São Vítor, *Didascálicon*, Livro III, cap. 13.

Creio que o monge medieval esgotou a dúvida de qual a melhor atitude do estudante e do “para que serve”. Ademais, devemos sempre fazer o que gostamos, o que temos afinidade. Assim nosso trabalho torna-se melhor e mais prazeroso, e o resultado é sempre melhor do que se fizéssemos algo com o qual não tivéssemos nenhuma simpatia. Em minha vida (quase) sempre trabalhei com o que gostava. E hoje acredito ter conseguido algo com minha profissão porque amo o que faço.

A Resposta Elevada, a Intermediária e a Chã

“Para ser um bom historiador, o que se precisa ter é, acima de tudo, imaginação, perspicácia e uma sensibilidade para descobrir questões relevantes e os lugares certos para encontrar respostas a elas.”

Peter Burke (1937-)

Para consolidar ainda melhor o que digo, vou me apoiar em um filósofo. Para responder o “para que serve” a Filosofia, Simon Blackburn (*University of Cambridge*) justificou o estudo da Filosofia de forma bastante correta, a meu ver, e que também serve para o caso da História.

Para ele, há três tipos de respostas para a pergunta “para que serve”: a elevada, a intermediária e a chã. Sem saber, minha resposta naquele evento foi, na classificação de Blackburn, a elevada. Para que entendam essa perspectiva, acho que a passagem completa do texto do filósofo também merece ser citada na íntegra:

A resposta elevada põe em questão a pergunta – uma estratégia filosófica típica, pois implica subir um grau na ordem da reflexão. Que queremos dizer quando perguntamos para que serve? A reflexão não coze o pão, mas também a arquitetura não o faz, nem a música, a arte, a história ou a literatura. Acontece apenas que queremos compreender-nos. Queremos isto pelo seu valor intrínseco, tal como os especialistas em ciências ou matemáticas puras podem querer compreender o princípio do universo, ou a teoria dos conjuntos, pelo seu valor intrínseco, ou como um músico pode querer resolver alguns problemas na harmonia ou no contraponto pelo seu valor intrínseco. São coisas que não se fazem em função de aplicações práticas.

Grande parte da vida trata-se de fato de criar gado para poder comprar mais terra, para poder criar mais gado, para poder comprar mais terra... Os momentos em que nos libertamos disso, seja para fazer matemática ou música, para ler Platão ou Eça de Queirós, devem ser acarinhados. São momentos em que desenvolvemos nossa saúde mental. E a nossa saúde mental é boa em si, como a nossa saúde física. Além disso, há no fim das contas uma recompensa em termos de prazer. Quando temos

saúde física, o exercício físico dá-nos prazer, e quando temos saúde mental, o exercício mental dá-nos prazer.

Esta é uma resposta purista. Esta resposta não está errada, mas tem um problema. Acontece que provavelmente só consegue ser atraente para as pessoas que já estão parcialmente convencidas – pessoas que não fizeram a pergunta original num tom de voz muito agressivo (Blackburn, 2000).

Depois de reler bastante esse trecho, entendi porque algumas pessoas que tinham um tom de voz agressivo naquela noite (justamente os chatos que estavam em crise) não entenderam – ou não quiseram entender – a minha “resposta elevada”, como se refere o filósofo. Porque o “para que serve” do questionador agressivo mostra que ele não está convencido da escolha que fez, ou, pior, quer que sua escolha “elevada” sirva para algo funcional, algo menos sublime intelectualmente, algo “chã”. Pelo contrário, o estudo da história é sublime, *algo que sublima*, penso eu – e daí a crise do(s) chato(s).

Para que essa distinção entre o historiador e os demais cientistas sociais possa ficar mais bem delimitada, vou rapidamente comentar a divisão que Michel Oakeshott (1901-1990) fez entre o “passado prático” e o “passado histórico”. Em seu livro *Sobre a História*, ele afirmou que o “passado prático” (o da maioria das pessoas) acontece quando buscamos no passado uma explicação para algo no presente: essa explicação “serve” para alguma coisa. Por sua vez, o “passado histórico” (o passado do historiador) acontece quando buscamos o passado pelo passado, pelo desejo de saber, de conhecer, de entender, e é isso que faz o historiador (Oakeshott, 2004).

Conclusão: o Exercício de Apreensão do Passado é um Ato de Amor.

“É impossível não pensar em história em termos morais.
Nem, creio, devemos fazê-lo.”
John Lewis Gaddis

Concluo – e acrescento: embora o conhecimento histórico tenha em sua origem o prazer de descobrir que é resultado da curiosidade, se ele não tiver como *finalidade última* que os homens se tornem pessoas melhores em si e em suas relações com os outros homens, não serve para outra coisa a não ser acirrar conflitos e aumentar a violência de uns contra outros. Sabiamente diz São Paulo (03-66 d.C.) em sua *Carta aos Coríntios*: “Ainda que eu falasse línguas, a dos homens e as dos anjos, se eu não tivesse a caridade, seria como um bronze que soa, ou como um címbalo que tine” (I Cor.13:1).

Se a História é apenas vista como instrumento político, como pensam vários colegas citados acima, ela não pode servir para nada de bom. Trata-se, na prática, de escolher entre duas revoluções: a externa e a interna, entre querer transformar o mundo contra alguma “classe de opressores”, ou querer transformá-lo pela via do amor (que é algo bem mais difícil).

Por exemplo, os mesquinhos se servirão da História mesquinamente, pois não encontrarão nela o exemplo para mudar o que é preciso, mas como prevalecer sobre outros seres humanos, para mudar os outros – e geralmente esses são quase sempre pessoas intolerantes e que não gostam de escutar ninguém. Pior: se puderem, eles calam os que pensam diferente – e quem está lendo agora esse texto e já participou de alguma reunião política que tenha tido a presença de algum *radical revolucionário de botequim* (ou o “revolucionário de chopp”, como falávamos no Rio na década de 70) sabe muito bem o que estou dizendo.

A própria pergunta “Para que serve a História?” deixa, necessariamente, implícita a resposta de que ela serve para cada um, na medida de sua visão do

mundo, dos valores que balizam os atos de cada homem e a mentalidade de cada sociedade. Somente nesse aspecto, eu concordo com o Professor André Ricardo Pereira, embora não considere esse o melhor proveito que podemos tirar do conhecimento histórico, muito pelo contrário.

Por exemplo, quando educamos nossos filhos, lhes contamos histórias com o intuito de dar a eles algum exemplo ou noção de como agir corretamente. Do certo e do errado. Essas histórias seriam a “parte material” da educação, enquanto a “parte mental e espiritual” se daria no plano dos valores, seria a “lição de moral” extraída dessas histórias. Com a História deveria dar-se o mesmo, mas não é este o caso ou o quadro predominante... Infelizmente!

Por isso, finalizo delimitando o sentimento, ou, em outras palavras, a *postura metodológica* que deve estar presente no (bom) historiador quando de seu processo de reconstrução histórica: o amor. Enfatizo: o *exercício de apreensão do passado*, do passado que aconteceu, do passado registrado é como o próprio ato de educar, é um *ato de amor*, amor na plena acepção da palavra, um dar sem esperar nada em troca, um olhar para trás e desejar apenas entender o que aconteceu, participando de uma perspectiva comum com o texto estudado (Gadamer, 1998:59).

Ao decidir pela *regressão temporal* quando lê suas fontes, o historiador não pode e não deve estar contaminado pela tentação de possuí-las, de dominá-las, de alterá-las com suas palavras (ou mesmo destruí-las), mas sim de entender aquele tempo que escolheu para devanear (Mattoso, 1988:18).

Amar o período estudado significa simplesmente não ter contra ele uma atitude de suspeita, de malícia, de querer ver o que não está escrito e subentender tudo o que está registrado com segundas intenções.

Henri-Irenée Marrou (1904-1977) definiu muito bem qual deve ser a atitude do verdadeiro historiador: O historiador não deve adotar, em relação às

testemunhas do passado, essa atitude carrancuda, esmiuçadora e rabugenta, que é a atitude do mau policial para quem toda pessoa intimada a prestar depoimento é *a priori* suspeita e tida como culpada até prova em contrário; tal superexcitação do espírito crítico, em vez de ser uma qualidade, seria para o historiador um vício radical, que o tornaria praticamente incapaz de reconhecer o significado real, o alcance, o valor dos documentos que estuda; uma atitude desse tipo é tão perigosa em história como, na vida cotidiana, o medo de ser iludido... (Marrou, 1978:78-9).³

Essa atitude maquiavélica de suspeita, de desconfiança, cínica, muito presente hoje nos círculos acadêmicos brasileiros que formam professores, dificulta muito a compreensão daquilo que está sendo estudado, quase inviabilizando entre nós a formação de bons historiadores.

Em contrapartida, esse *comportamento mental de amor* que proponho para o historiador deve ser um pouco como o ato de fé da sabedoria religiosa: “A sabedoria que reside no núcleo das religiões não se entrega ao olhar malicioso. É isto que Cristo quer dizer quando pede que nos tornemos como crianças” (Carvalho, 1997).

Esse esforço histórico para o historiador “se tornar acessível e ir ao encontro do outro” (Marrou, 1978:71) é, em minha opinião, o autêntico conhecimento histórico, que nada mais é do que aquela vontade de nos enriquecermos, de *sairmos de nós mesmos*, como bem afirma o historiador Raúl Cesar Gouveia Fernandes:

Sair de nós mesmos significa estar disponíveis a ouvir com atenção o que os documentos históricos têm a nos revelar, que é o contrário de projetar sobre eles idéias ou teorias preestabelecidas. Com efeito, a verdade pode nos enriquecer apenas se a procurarmos livres de qualquer tipo de censura prévia (Fernandes, 1999).

³ Os grifos são meus.

O historiador deve ter uma *relação de simpatia* com suas “fontes” (Marrou, 1978:79): para compreender o passado ele deve estabelecer uma *comunhão fraternal com seus textos*. Mais: sem essa “sensibilidade por simpatia”, a História não se realiza (Gadamer, 1998:24).

Assim, para nos tornarmos bons historiadores, precisamos de menos malícia e mais amor, menos maldade e mais compreensão para que o estudo do “passado histórico” de Oakeshott se realize plenamente. É dessa forma que o historiador pode quebrar os preconceitos que tem, os “pré-conceitos” que o fazem ser anacrônico. “A quem sabe amar, essa experiência do outro, essa saída de si mesmo permitirá superar qualquer desilusão” (Marrou, 1978:79).

E prestem muita atenção: quem ama e sempre amou a História não está, nem nunca esteve em crise. De minha parte, eu nunca estive em crise por causa dela, muito pelo contrário, ela sempre me causou um imenso prazer, o verdadeiro prazer de conhecer.

Há quem busque o saber pelo saber: é uma torpe curiosidade.

Há quem busque o saber para se exibir: é uma torpe vaidade.

Há quem busque o saber para vendê-lo: é um torpe tráfico.

Mas há quem busque o saber para edificar, e isto é caridade.

E há quem busque o saber para se edificar, e isto é prudência.

São Bernardo de Claraval,

Sobre o *Cantar dos Cantares*, sermão 36, III.

Imagem 2



Clio (1790). Liebighaus, Frankfurt. Filha de Júpiter e Mnemósine, seu nome deriva da palavra grega *celebrar*. Ao cantar a glória dos guerreiros e as conquistas de um povo, Clio tornou-se a patrona da História. É representada sentada, e ostenta como atributo a *clepsidra* (emblema da ordem cronológica dos acontecimentos).

Bibliografia

APPLEBAUM, Anne. *Gulag. Uma história dos campos de prisioneiros soviéticos*. São Paulo: Ediouro, 2004.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

CARVALHO, Olavo de. *Entrevista publicada em Minerva*. Informe Filosófico da UFPE, n.5, maio de 1997.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

DUBY, Georges. “O historiador, hoje”. In: DUBY, Georges, ARIÈS, Philippe, LADURIE, E. L. R., LE GOFF, Jacques (org.). **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, s/d, p.7-21.

EINSTEIN, Albert. *Escritos da maturidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FERNANDES, Raúl Cesar Gouveia. “Reflexões sobre o estudo da Idade Média”. In: **Revista VIDETUR**. n.6. São Paulo: Editora Mandruvá, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Antigüidade clássica. A história e a cultura a partir de documentos*. Campinas: Unicamp, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história. Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HUGO DE SÃO VÍTOR. *Didascálicon. Da arte de ler*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. vol. I.

_____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

MARROU, Henri-Irenée. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX & ENGELS. *A ideologia alemã (I - Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTOSO, José. *A escrita da história. Teorias e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

_____. *A função social da história no mundo de hoje*. Lisboa: APH, 2000.

OAKESHOTT, Michael. *Sobre a história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SAN BERNARDO. "Sermones sobre el cantar de los cantares". In: *Obras completas de San Bernardo V*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1987.

TUCHMANN, Barbara. *A prática da história*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.